

## **Intervenção do Ministro das Finanças na Assembleia da República, no debate na generalidade do OE 2023**

Assembleia da República, 21 de outubro de 2022

Senhor presidente da Comissão de Orçamento e Finanças,

Senhoras e senhores deputados,

Meus senhores e minhas senhoras,

A proposta do Orçamento do Estado de 2023 é apresentada num contexto que todos sabemos ser exigente para as famílias, para as empresas e para o próprio Estado.

A inflação está em valores que há muito não eram vistos, a política monetária está mais restritiva, com reflexos nos custos de endividamento, a guerra da Rússia contra a Ucrânia continua, confrontando as

economias com custos energéticos muito elevados e forçando uma transição ainda mais rápida para modelos energéticos mais sustentáveis.

Perante este enquadramento, que o exterior nos impõe, o Governo mantém as garantias que tem sempre dado: avaliamos permanentemente o andamento económico e estamos prontos para agir na medida, e no momento, em que é preciso.

É isso que estamos desde já a fazer. Este mês, e na sequência dos apoios aprovados no âmbito do programa Famílias Primeiro, o Governo já fez chegar 1.123 milhões de euros a mais de três milhões e 850 mil portugueses, dos quais 420 mil são crianças. Estes apoios correspondem a apoios extraordinários do rendimento dos trabalhadores, ao apoio excecional da meia-pensão aos pensionistas, aos beneficiários de apoios sociais e às crianças.

Na próxima segunda-feira, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social anunciará que mais 1,6 milhões de beneficiários irão receber o seu apoio. E nas próximas semanas será concluído o processamento de todos os apoios, assegurando assim que todos os que mais precisam, repito, todos os que mais precisam, dos mais vulneráveis às classes médias, sentem a presença do Estado do seu lado no momento de enfrentar o custo de vida acrescido.

Estes apoios não anulam o desafio da subida de preços, mas ajudam a mitigar os seus efeitos e mostram que este é um Governo que traz estabilidade e que cumpre os seus compromissos.

Mostram que este é um Governo em que os cidadãos podem confiar. Porque não esquece que a classe média está também a ser afetada pela alta dos preços e que, para a coesão social do país, é fundamental

limitar as perdas de poder de compra da generalidade das famílias.

Somados a um pacote de iniciativas mais vasto, que se iniciou em outubro do ano passado o conjunto dos apoios previstos para este ano atinge quatro mil milhões de euros. Quatro mil milhões de euros não é um valor de somenos, é o equivalente a 1,8% do PIB de uma economia pequena e aberta ao mundo, que tem conseguido encontrar o equilíbrio numa conjuntura que, como já disse, é muito exigente.

Senhoras e senhores deputados,

No momento em que demonstra que cumpre a sua palavra, o Governo apresenta a esta casa uma proposta de Orçamento do Estado para 2023 que traz um novo conjunto de medidas para atravessar o próximo ano com estabilidade, confiança e compromisso.

**Este é um orçamento de estabilidade, porque cuida e reforça os rendimentos das famílias.**

É compatível com a atualização do salário mínimo para os 760 euros mensais a partir de janeiro, assegurando uma valorização de 7,8%, que supera por larga margem o valor esperado para a inflação no próximo ano.

Sim, num ano de exigência e elevada incerteza, o Governo demonstra que o caminho traçado de valorização do salário mínimo é para manter porque este foi, e continua a ser, um compromisso assumido com os portugueses.

É também compatível com uma atualização geral dos salários dos funcionários públicos, assegurando um ganho médio entre remunerações e progressões na

ordem dos 5,1% - uma vez mais, acima da inflação prevista para 2023.

E é ainda compatível com uma política de estímulo fiscal ao aumento dos salários do setor privado na ordem dos 5,1%. Este Orçamento acolhe por inteiro os compromissos inscritos no Acordo de Rendimentos e Competitividade, um acordo firmado com os parceiros sociais, que promove pela via do diálogo e do entendimento a valorização geral das remunerações, em linha com o Programa do Governo.

Mas há mais: este Orçamento atualiza o Indexante dos Apoios Sociais a 8%, garantindo dessa forma a atualização das prestações sociais e respeitando um princípio basilar da solidariedade social. Neste esforço de estabilização, não esquecemos ninguém e apoiamos de forma determinada os que mais precisam.

Temos sempre dito que não há Governo no mundo que consiga fazer desaparecer a totalidade dos custos da inflação sobre a sociedade. Mas em 2023 conseguiremos mitigar os seus efeitos para uma larga maioria dos portugueses.

Senhoras e senhores deputados,

**Este é um orçamento de confiança no futuro, porque traz mais e melhor investimento.**

Desde logo, prevemos um reforço do investimento público que atingirá 3,5% do PIB, só na Administração Central, um máximo desde 2011 e mais do dobro do nível de investimento de 2016.

Promovemos e facilitamos a execução dos fundos europeus e das verbas do Programa de Recuperação e Resiliência, com as agendas mobilizadoras e o foco na digitalização e na transição energética para responder às alterações climáticas. Porque queremos um país mais sustentável e menos dependente da importação de energia.

São investimentos com impactos à vista de todos: é a melhoria dos transportes públicos, com quase 800 milhões de euros de obras na ferrovia em execução por todo o país e ainda o reforço das redes do metropolitano de Lisboa, Coimbra e Porto. Porque se queremos acelerar a transição energética, precisamos de dar alternativas às pessoas.

É o reforço de programas de apoio e de acesso à habitação, são intervenções em escolas, na saúde, nos meios da Defesa, na capacitação das Forças e Serviços de Segurança. É a construção de um futuro sustentável, seguro e justo para o nosso país.



Mas são também mais e melhores condições para o setor privado acompanhar o Estado neste esforço de investimento e de aumento do potencial da nossa economia.

As empresas podem contar com um regime fiscal de apoio ao investimento mais atrativo e com incentivos à capitalização, porque sabemos que essa é uma condição chave para se projetarem no futuro e em especial num contexto de aumento das taxas de juro.

E também podem contar com um alívio fiscal para enfrentar 2023, reduzindo-se a tributação efetiva de IRC para as micro, pequenas e médias empresas e também para as mid-caps. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos sem limite temporal. Há uma majoração adicional em sede de IRC para lidar com os custos com a energia. Há incentivos à valorização dos salários.

Senhoras e senhores deputados,

**Este é um orçamento de compromisso, porque recusa o discurso simplista que diz que “Ou o Estado está presente e apoia, ou então tem contas certas”.**

Não é assim e os portugueses sabem disso. Só finanças públicas saudáveis permitem suportar as famílias e as empresas hoje e semear um futuro melhor.

O défice orçamental vai descer este ano para 1,9% do PIB e projetamos uma nova redução para 0,9% em 2023.

A dívida pública que baixou de 125% do PIB para 115% do PIB este ano vai voltar a baixar para 110,8%

do produto. Sim, vamos reduzir o endividamento com ambição e determinação porque sabemos que esta é a melhor forma de defender Portugal.

Porque queremos, na medida do que está ao nosso alcance, mitigar a subida dos custos de financiamento para o Estado, as empresas e as famílias. Porque sabemos que não podemos anular todos os efeitos, mas temos a obrigação de fazer o que é possível para aliviar ao máximo o peso do endividamento no presente, e proteger o futuro.

Vamos retirar Portugal do pódio dos países mais endividados da União Europeia com a redução da dívida, poupando assim nos juros que todos pagamos.

**Porque este é um orçamento realista**, senhoras e senhores deputados. É um orçamento que faz escolhas e assume com a humildade que devemos

ter perante a história, e a incerteza que enfrentamos, que é preciso preparar o futuro.

Antecipamos um abrandamento do crescimento, mas mantemos a convicção de que continuaremos, ainda assim, a crescer. Não ignoramos as ameaças que nos chegam dos preços da energia, da instabilidade política ou do abrandamento de muitos dos nossos parceiros comerciais.

Mas temos também presente as nossas forças. O dinamismo do turismo e a atratividade da nossa economia num contexto de desglobalização das cadeias de produção; a melhoria das qualificações da nossa população; a credibilidade e estabilidade financeira, política e social do país; e a nossa autonomia energética e elevada produção de energias renováveis.

Vivemos tempos de incerteza e temos observado revisões às projeções. Em 2022, por exemplo, revimos em alta tanto a inflação, como o crescimento. Mas posso dizer-vos duas coisas: primeiro, que estas projeções são possíveis e prováveis – como aliás corrobora o Conselho das Finanças Públicas ao endossar o cenário macroeconómico do Orçamento; e segundo que, como fizemos ao longo deste ano, continuaremos a avaliar cuidadosamente a realidade e estaremos preparados para ajustar e reagir se necessário.

Termino frisando que além de tudo isto, além de enfrentar a conjuntura, estabilizar os rendimentos e preparar o futuro, **este é também um orçamento reformista, que resolve problemas.**

Ouvimos os trabalhadores e empregadores e reformamos o modelo de retenções na fonte, para que a um aumento salarial corresponda sempre um ganho líquido do vencimento que se leva para casa.

Na mesma linha, reformulamos o mínimo de existência, garantindo a progressividade do imposto, reduzindo a taxa média de imposto para quem ganhe até 1000 euros por mês, e terminando com situações em que aumentos brutos em torno do salário mínimo não tinham tradução no salário líquido. Criamos também assim um incentivo para aumentos salariais nos rendimentos mais baixos.

Introduzimos também a tributação dos criptoativos, regulamentando no momento certo esta atividade e posicionando Portugal como uma economia com um enquadramento previsível e estável na economia digital.

Enfrentamos os problemas de suborçamentação em algumas áreas, cabimentando as necessidades efetivas dos organismos de acordo com as nossas melhores estimativas e flexibilizámos os instrumentos de gestão orçamental.

E porque levamos a sério os nossos compromissos, prevemos pela primeira vez uma orçamentação verde, classificando as medidas que ajudam a mitigar o aquecimento global para podermos monitorizar o impacto das nossas escolhas. E é por isso que sabemos dizer que em 2023, contamos mais de 600 medidas e 2,5 mil milhões de euros em dotação orçamental com impacto na transição climática.

Senhoras e senhores deputados, este é o Orçamento do Estado para 2023: um orçamento de estabilidade, de confiança e de compromisso, que reforma e responde aos cidadãos, que resolve problemas, que promove a coesão social, que luta e que entrega um Portugal melhor.